

Franci Gomes Cardoso: uma intelectual militante do Grupo do Maranhão

*Franci Gomes Cardoso: a militant intellectual from
the Maranhão Group*

Juan Pablo Sierra Tapiro* 

Diego Martins Dória Paulo** 

É com grande prazer que apresentamos a entrevista realizada com Franci Gomes Cardoso, assistente social, professora universitária, pesquisadora e intelectual militante, que é uma das referências do chamado “Grupo do Maranhão”, junto com companheiras como Josefa Batista Lopes e Marina Maciel Abreu, entre outras.

Franci e o “Grupo do Maranhão” fazem parte do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, com importantes contribuições desde a década de 1970, particularmente, para pensar a relação da profissão com as classes subalternas e a luta de classes em uma perspectiva gramsciana.

Nesta entrevista, junto com Franci, procuramos resgatar historicamente tanto sua trajetória individual como, necessariamente, o processo coletivo que lhe formou, instigando-a a pensar desafios para a profissão na atualidade.

Em Pauta — Franci, consideramos importante que as novas gerações conheçam sua trajetória. Poderia nos contar um pouco sobre sua história?

Franci Gomes Cardoso — Acumulo uma longa trajetória de vida (81 anos de idade) e de trabalho (meio século, mais 3 anos). Sou viúva e tenho 3 filhos (duas mulheres e um homem). Sou assistente social, professora universitária, pesquisadora e intelectual militante. É com este modo de ser que tenho trilhado, de forma unitária, grande parte da minha vida pessoal e todo meu percurso de trabalho acadêmico-político, desde que ingressei na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio de concurso público, em 1971, para

ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.86960>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: juan.tapiro@uerj.br.

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: dmdpaulo@gmail.com.

COMO CITAR: TAPIRO, J. P. S.; PAULO, D. M. D. Franci Gomes Cardoso: uma intelectual militante do Grupo do Maranhão. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, pp. 193-200, set./dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.86960>.

Recebido em 31 de julho de 2024.

Aprovado para publicação em 06 de agosto de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

professora do Departamento de Serviço Social. Atualmente, sou aposentada, mas me mantenho trabalhando vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA (PPGPP/UFMA), compondo o corpo permanente do seu quadro de professores.

Como pesquisadora, minha experiência é concentrada nas áreas de Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho, Formação Profissional e Prática do Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, Trabalho e Sindicalismo, Lutas Sociais e Organização Política da Classe Trabalhadora. E, nessa condição de pesquisadora, fui bolsista de produtividade em pesquisa, do CNPq, no período de março de 1999 a fevereiro de 2014.

Em meio a essa simplificada memória, é muito importante registrar aqui, alguns marcos históricos dos períodos mais significativos de minha trajetória profissional, acadêmica e intelectual militante: final da década de 1970, a década de 1980 e toda a década de 1990 e início do século XXI. O final da década de 70 é o momento de minha trajetória acadêmica em que se delineia de forma mais clara e consciente a perspectiva critico-dialética-materialista, como opção teórico-metodológico e política, assumida desde então e, coletivamente, com o grupo de intelectuais, com o qual compartilho produção acadêmico-política e afeto, desde o processo de graduação, o chamado grupo do Maranhão.

A partir de 1979, os Assistentes Sociais se rearticulam, buscando o fortalecimento do movimento sindical, reativando algumas associações profissionais e sindicatos, bem como criando entidades por todo território nacional. É a partir daí que me engajo no movimento sindical, inicialmente no âmbito da categoria de Assistentes Sociais e, posteriormente, na luta mais geral dos trabalhadores.

No âmbito da organização da categoria dos Assistentes Sociais, participei do movimento pró-Associação Profissional dos Assistentes Sociais do estado do Maranhão como vanguarda, exercendo, posteriormente, cargos de direção na Associação e, após a transformação em Sindicatos, fui eleita presidente da entidade, para o período entre 1987 e 1989. Minha participação política se constituiu um passo importante em minha trajetória acadêmica, pressionando e implementando mudanças no processo de formação profissional em face às demandas potenciais de segmentos das classes subalternas, colocadas à profissão.

O período a partir do final da década de 1980 e toda a década de 1990, marca um novo momento de minha trajetória acadêmica: ingressei, em 1989, no Doutorado em Serviço Social na PUC/SP e todo o meu percurso de estudos, pesquisas, publicações de artigos e debates acadêmico-políticos, foi direcionado para a tese que defendi, em 1994 sob o título “Protagonismo das Classes Subalternas no Brasil Contemporâneo”. Esta tese foi publicada em Forma de livro, pela Cortez Editora e a Edufma, em 1995, sob o título “Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social”.

A partir daí, tem destaque em minha trajetória acadêmico-política, a minha participação na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), sobretudo no processo de construção, implementação e avaliação das novas diretrizes curriculares, aprovadas pela entidade, em 1996. Inicialmente, como consultora da Abess/UFMA, na elaboração da “Proposta básica de formação profissional – novos subsídios para o debate” (Cadernos Abess nº7) e, posteriormente, compondo a diretoria executiva em várias gestões.

Após dez anos da aprovação das diretrizes pela entidade, participei da gestão 2006/2007 de Ana Elizabete Mota, com intensa participação na pesquisa avaliativa sobre essa implementação. Na gestão seguinte, 2007/2008, de Marina Maciel, em que participei como suplente de diretoria, os resultados dessa pesquisa avaliativa foram publicadas na revista *Temporalis* nº 14. Destaco no período de participação dessas gestões minha produção acadêmica nas revistas: cadernos Abess nº 8, *Temporalis* 1, 2 e 14. Destaco, ainda, minha intensa participação na Abepss itinerante desse período.

Em Pauta — Qual é a sua avaliação dos debates realizados no curso de Serviço Social da UFMA, à luz do processo de renovação profissional no Brasil?

Franci Gomes Cardoso — Para entender os debates travados desde o fim dos anos 1970, é importante registrar algumas determinações históricas, no movimento do Serviço Social no Maranhão. O Serviço Social se insere e constrói história no Maranhão há 70 anos, e a centralidade da formação profissional e da organização, com destaque à resistência, tem suas raízes, se mantém em toda essa trajetória, consideradas as exigências do movimento histórico. O contexto em que foi criado 1º Curso de Serviço Social no Maranhão, em 1953, é de grande efervescência social no mundo pós-guerra mundial (1939/1945) e, em sua particularidade de país situado na periferia de um sistema mundializado do capital. O Maranhão vive, à época, significativas mudanças econômico-sociais, político-institucionais, culturais e éticas, com as lutas sociais no campo, onde avançava a organização dos camponeses articulada ao movimento nacional. Portanto, com possíveis inserções em processos concretos de resistência e sob controle do Capital/Estado, a inserção da formação profissional em Serviço Social, na UFMA é mediada pelo projeto de modernização conservadora da ditadura civil-militar (1964/1985), que fortalece a herança conservadora do Serviço Social. Herança com a qual a profissão rompe, no momento em que se deflagra o movimento de Reconceituação, em 1965, na América Latina e, em 1970, no Brasil e se inicia, nesse movimento, a construção do projeto ético-político profissional orientado pela necessidade da emancipação humana.

No âmbito do processo de renovação profissional no Brasil, é intensa a participação de docentes e estudantes do Curso de Serviço Social da UFMA e de outros assistentes sociais do Maranhão, não apenas no debate, mas no movimento nacional de construção do projeto ético-político profissional a partir dos anos 1970, sustentado no pensamento de Marx e da tradição marxista, na direção da emancipação das classes subalternas e de toda humanidade. No contexto de laicização no âmbito da UFMA e de renovação da profissão no país, a formação profissional no Maranhão desenvolve a ruptura com a formação com cariz religioso, construindo mediações político-acadêmicas que a conectam crítica e conscientemente ao movimento na história. Esse processo foi evidenciado na dinâmica da construção do projeto pedagógico do curso, através das revisões curriculares, integradas ao processo nacional sob a coordenação nacional da Abess/Abepss, entre 1970/1996, expressas na singularidade da constituição da graduação e pós-graduação e busca da unidade entre elas, mediada pelo avanço da pesquisa e produção do conhecimento na relação dialética com o mercado de trabalho e organização da categoria.

Entendemos que o projeto ético-político profissional se materializa na dinâmica concreta do Serviço Social, como totalidade histórica, objetivando-se, portanto, nas diferentes dimensões da profissão (a formação profissional, a produção de conhecimento a organização política e a intervenção), cada uma delas, em sua conexão com as demais, na perspectiva anticapitalista de superação da ordem burguesa. Essa perspectiva, que expressa o horizonte da direção sociopolítica do Serviço Social é, também, a direção hegemônica dos debates acadêmicos e político-pedagógicos realizados no Serviço Social no Maranhão, como parte do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, na direção da intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”, como dito anteriormente.

Em Pauta — Qual balanço você faz da apropriação do pensamento de Antônio Gramsci e das contribuições que esse pensador marxista traz para as análises da realidade brasileira contemporânea e para a fundamentação teórico-prática do Serviço Social?

Franci Gomes Cardoso — No Maranhão, ganha destaque o Grupo de estudos pesquisa e debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), grupo vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFMA e ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, da mesma universidade, do qual somos integrantes com um coletivo maior de professoras e estudantes de iniciação científica (bolsistas e voluntárias) dos Cursos de graduação em Serviço Social e do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas.

Esse grupo faz história, no Maranhão, desde sua criação, em 1998, articulado a outros grupos de pesquisa da UFMA e a outros, em âmbito nacional e internacional, com as entidades acadêmico-político-profissionais do Serviço Social, Abepss, Cfess e Alaeits,

bem como com instituições de fomento à pesquisa e aperfeiçoamento de professores, CNPq e Capes e, mais recentemente, a partir de 2015, com a International Gramsci Society (IGS/Brasil).

Atualmente, o GSERMS comporta, em sua estrutura acadêmico-política, o Núcleo de Estudo, Pesquisa e debate Gramsci, Marx e Marxismo (NEGRAM), criado em 2018, na perspectiva de fomentar estudos e difundir o pensamento de Gramsci, sua interlocução com Max e com autores da tradição marxista; e a Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (Cegram) como atividade periódica bienal que já se tornou uma referência no Brasil e na América Latina.

No Serviço Social da UFMA, é, fundamentalmente nesses espaços do GSERMS, mas não só, que se produzem e difundem as apropriações sobre o pensamento gramsciano e sobre as apreensões de processos sociopolíticos da realidade social em movimento, tendo como referência temas centrais constitutivos do quadro de referência desse teórico revolucionário.

Nessa direção, destacam-se os ciclos de estudos sistemáticos do Negram, centrado nos Cadernos dos Cárceres, tradução brasileira de Carlos Nelson Coutinho, Luís Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira; e a CGRAM. Esta, em sua 4ª edição a ser realizada no período de 26 a 30 de agosto, conjuntamente ao 4º Colóquio internacional Antonio Gramsci (IGS/BR,) sob a temática “Gramsci, hegemonia e a emancipação dos subalternos”.

Nesses espaços estruturantes do GSERMS são debatidos e difundidos, fundamentalmente, resultados de estudos sobre as obras de Gramsci, acrescidos de estudos da realidade brasileira que revelam a atualidade inquestionável do pensamento de Gramsci para a análise da realidade contemporânea e, ao mesmo tempo, para contribuir com o avanço da pesquisa e produção de conhecimento do Serviço Social como totalidade histórica, como também, para a apreensão e intervenção sobre objetos históricos, expressões da questão social, as quais se constituem objetos do Serviço Social como profissão e área de conhecimento.

Como resultado mais recente e relevante para o fortalecimento, ampliação da interlocução e difusão do conhecimento crítico, sustentado no pensamento de Gramsci, Marx e da tradição marxista, é importante destacar a coletânea “Gramsci, Cultura e Luta de Classes na América Latina” publicada em 1ª edição pela Expressão Popular em 2022. Essa coletânea constitui um produto da 2ª Cegram, que reúne artigos escritos por brasileiros, latino-americanos e italianos, conferencistas e palestrantes convidados para a conferência. A abordagem dos autores adensa o debate sobre o acirramento da luta de classes frente ao avanço do conservadorismo reacionário de caráter contrarrevolucionário no mundo - especificamente na América Latina e, em especial, no Brasil – com base no referencial do pensamento de Gramsci para a análise de determinações históricas de questões estrutu-

rais-conjunturais dessas realidades e para a construção de estratégias de luta pela emancipação dos subalternos.

Um aspecto bastante enfatizado por estudiosos do pensamento de Gramsci – presente na referida coletânea – é a necessidade que se impõe, quanto à tradutibilidade da obra do autor, nos estudos da contemporaneidade. Essa necessidade se impõe a qualquer teoria que sustente as análises de quaisquer realidades sociais, haja vista o caráter histórico dessas realidades. As teorias clássicas, como referências histórico-conceituais, são indispensáveis, mas insuficientes para dar conta da plenitude da dinâmica histórica, em todos os tempos e espaços. A realidade concreta é sempre mais rica, que a sua reprodução ideal, no plano do pensamento. E essas reproduções estão conectadas ao tempo e espaços históricos de seus reprodutores.

Portanto, é de grande relevância a apropriação e as contribuições do estudo do pensamento gramsciano para as análises da realidade brasileira contemporânea e para a fundamentação teórico-prática do Serviço Social, mas com o rigor teórico-metodológico e político-ideológico indispensável à necessidade de sua tradutibilidade, conectando-se ao tempo histórico presente.

Em Pauta — Como você avalia a conjuntura política no Brasil, após a emergência de uma extrema direita no contexto da luta de classes e os desafios postos para a organização da classe trabalhadora e para a categoria profissional, no tempo presente?

Franci Gomes Cardoso — Na dinâmica histórica atual do Brasil, no contexto do acirramento da luta de classes, sobretudo com o avanço do conservadorismo reacionário e emergência de uma extrema direita que ascende ao poder central com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República, em 2018, evidenciam-se, por um lado, processos profundamente violentos, tanto física quanto moralmente, orientados pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro e, por outro, processos de resistência que se expressam por movimentos de oposição e protesto à opressão, como reação à subordinação à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo, agora em crise mundial.

Essa crise evidencia as contradições do movimento de acumulação e se manifesta em diferentes setores da vida social: a financeira, a ambiental, a do emprego, a da saúde e educação, entre outras formas de expressão que atingem, de modo mais perverso, a classe trabalhadora. Diante dessas manifestações das crises, as classes dominantes elaboram e implementam estratégias de ação que assegurem sua hegemonia. Nos processos de resistência, por movimento de oposição, reivindicação e protesto, é importante destacar, no âmbito da educação, a recente greve dos trabalhadores da educação federal, deflagrada,

nacionalmente, em 15 de abril/2024 e encerrada, progressivamente e coletivamente, em finais de junho, até 1º de julho.

Essa greve foi a primeira deflagrada no governo Lula/Alckmin, que foi eleito por uma ampla unidade de ação, reunindo desde grupos pró-capital até um setor significativo da classe trabalhadora e da população pobre brasileira para derrotar Bolsonaro nas urnas, com alguma expectativa de mudanças no país favoráveis à classe trabalhadora. Entretanto, nessa greve, as reivindicações sindicais, entre elas os reajustes salariais compatíveis às perdas acumuladas, não lograram êxito, chocando-se com outros interesses alheios à classe trabalhadora. Desta vez esse choque se deu, sobretudo, devido ao arcabouço fiscal valorizado pela política econômica do atual governo federal que, seguindo a política austera do Governo Temer, assumiu o compromisso de pagamento da dívida pública brasileira, que está destruindo os serviços públicos e condenando os servidores públicos federais à pauperização.

Entretanto, em que pese posturas de dirigentes sindicais que vacilavam enfrentar o governo, ressalta-se, como um avanço, o fato de que, depois de, quase uma década, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e os Institutos Federais (IF) se colocaram, novamente, na luta, o que obrigou o governo Lula/Alckmin, após um ano, colocar na mesa de negociação uma proposta, ainda que, nem de longe, atenda às pautas das categorias em luta. Além disso, foi muito importante o salto qualitativo de organização dessa greve, uma vez que, embora com comandos separados, possibilitou uma relativa unidade de ação entre o movimento dos docentes, o dos técnicos administrativos em Educação e o dos professores EBT.T.

A greve encerrou, mas a luta dos trabalhadores da educação continua! Para isso, é necessária uma forte mobilização nacional dirigida pelas organizações sindicais destacando-se o Andes-SN, do qual sou integrante e, cuja organização deverá manter uma forte mobilização estruturada nas suas seções sindicais, enquanto organizações locais. Essa luta exemplificada no setor de educação, tem sua base na relação capital-trabalho, como nos demais setores da vida social, no modo de produção capitalista, cuja crise se espraia mundialmente.

No contexto atual de crise, de acirramento da luta de classes e de avanço da ultradireita contrarrevolucionária, no Brasil e no mundo, o grande desafio e exigência histórica do processo de organização da classe trabalhadora e da categoria profissional, enquanto tal, é a ruptura, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria que constitui, segundo o pensamento gramsciano, “a base de ações vitais”.

Nessa direção, é indispensável a apropriação, pelos intelectuais, sujeitos políticos que se propõem a essa ruptura, na vida social da ordem burguesa, desvendando os processos que a engendram, e as totalidades que a constituem, a partir das perspectivas teórico-metodológicas da teoria social Marx e da tradição marxista. É nesse quadro de referência históri-

co-conceitual que encontramos as bases para análise crítica materialista, dialética e histórica da realidade social do Brasil e do mundo, na atualidade, como também para uma intervenção consequente, no horizonte de um devir histórico de superação da ordem vigente.

Na mesma direção, é importante o destaque de alguns desafios na luta cotidiana, como mediações importantes no processo de organização da classe trabalhadora e da categoria profissional de Assistentes Sociais no tempo presente:

- ampliar a mobilização e organização dos trabalhadores em todos os campos da vida social, de forma unificada; fortalecer as entidades político-sindicais, populares e partidárias constituídas pela classe trabalhadora, para manter/conquistar/reconquistar a sua autonomia com independência de classe, na relação com o Estado e governos; manter/construir a necessária articulação e alianças intraclasse, na perspectiva de internacionalização da classe trabalhadora.
- fortalecer, cada vez mais, as entidades acadêmico-políticas, e de organização profissional – Abepss, Conjunto Cfess/Cress e Enesso – para o enfrentamento e avanço da luta de resistência aos ataques da ultradireita e da direita antirrevolucionária no Brasil e internacionalmente, ao projeto ético-político profissional, em permanente construção; manter histórica e criticamente as bases da formação profissional em Serviço Social preconizadas nas novas diretrizes curriculares de 1996, para garantir a construção de um perfil profissional capaz de responder à necessidade de emancipação humana como horizonte do projeto ético-político profissional, na dinâmica concreta do Serviço Social como profissão e área de conhecimento; criar mecanismo para o fortalecimento da organização latino-americana e mundial do Serviço Social e aprofundamento da internacionalização do Serviço Social brasileiro.